

13

CAPÍTULO

QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2001 A 2011

Maria Cristina Cacciamali ¹; Fábio Tatei ²; Vladimir Sipriano Camillo ³

¹ Doutora e Livre-Docente em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com pós doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology. Professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. E-mail: ccciamali@uol.com.br

² Economista pela FEA-USP e mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP. E-mail: ftatei@usp.br

³ Mestre em Economia e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pós-doutor em Economia pela PUC-SP. E-mail: vscamilo@ig.com.br

RESUMO

O objetivo específico é identificar a evolução da importância das fontes de renda selecionadas para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil entre 2001 e 2011. Para atingir tal objetivo, o artigo foi dividido em três seções. Na primeira foi resenhada a literatura nacional sobre os condicionantes da queda da desigualdade da renda no Brasil nos 2000. Na segunda seção apresenta-se o comportamento das fontes de renda no período, variáveis que contribuíram para a queda da desigualdade. Finalmente, na terceira e última seção discutem-se os principais resultados das decomposições realizadas para

Brasil, Sudeste e Nordeste, regiões metropolitanas e áreas urbanas e rurais. Dentre os resultados, destacam-se a elevada capacidade da renda do trabalho na explicação da queda da desigualdade para todas as regiões recortadas, remetendo a análise para o comportamento do mercado de trabalho. Também foram importantes para a queda da desigualdade as aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo. Outras transferências públicas, como o programa bolsa família, apresentaram redução na contribuição para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, indicando rendimentos decrescentes.

Palavras-chaves: mercado de trabalho; transferências públicas de renda; programas sociais e queda da desigualdade

1. INTRODUÇÃO

A queda atípica da desigualdade de renda ocorrida ao longo da primeira década de 2000 estimulou os pesquisadores especializados a buscar seus condicionantes, sendo que dentre os mais importantes identificaram-se a renda do trabalho e as transferências públicas. A contribuição da renda do trabalho para a queda da desigualdade da renda domiciliar remete o debate para o comportamento do mercado de trabalho.

Nesse debate sobre o mercado de trabalho e sua influência sobre a desigualdade, predominam abordagens que enfatizam a oferta de trabalho e raramente se insere a demanda por trabalho. Essa oferta de trabalho é frequentemente analisada pela sua escolaridade, numa clara filiação a teoria do capital humano, além de suas características presentes nas várias formas de segmentação no mercado de trabalho (urbano-rural, formal-informal, etc).

Admite-se também que na oferta de trabalho há ocupados que são discriminados em termos salariais, embora a literatura nacional contenha resultados discrepantes sobre a magnitude da contribuição dessa discriminação no mercado de trabalho para a queda da desigualdade (CACCIAMALI et al, 2008). A renda do trabalho dos mais pobres beneficiou-se da atual política de salário mínimo, notadamente a expansão das rendas médias dos ocupados nos decis inferiores da distribuição dos rendimentos do trabalho durante toda a década de 2000. Essa mesma política salarial também expandiu a renda dos aposentados indexados ao mínimo, tornando as aposentadorias uma fonte de renda relevante para a queda da desigualdade. A transferência pública que ganhou destaque na literatura nacional é o Programa Bolsa Família (PBF) projetado para combater a pobreza. Desde 2003 o PBF vem passando por ampliação de cobertura e mudanças nas suas condicionalidades. Embora o PBF tenha se consolidado na literatura nacional pela sua contribuição para a queda da desigualdade de renda, há também o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que possui uma cobertura menor, porém com benefícios muito superiores a média do PBF.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção analisaram-se estatísticas da maior parte das variáveis utilizadas no modelo de decomposição adotado: renda do trabalho, aposentadorias, BPC e PBF. Essas estatísticas além de contextualizar a evolução das rendas no cenário econômico dos 2000, ainda têm o propósito metodológico de fornecer apoio para a interpretação das decomposições. Para a renda do trabalho foram estimados os graus de desigualdade e as rendas médias para as macrorregiões e por níveis de escolaridade (sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio completo e superior completo).

Outro recorte regional foi inserido com estimativas para a renda do trabalho (renda média e desigualdade) nas regiões metropolitanas, urbanas e rurais, numa tentativa de se identificar uma possível segmentação regional. A segmentação formal-informal também foi descrita por meio da renda do trabalho por posição na ocupação, assim como a evolução de três transferências públicas (PBF, BPC e aposentadorias). Essas estatísticas de apoio contêm uma pretensão metodológica: buscam fornecer outras evidências empíricas que permitam estabelecer um diálogo entre os resultados das decomposições e a base teórica, de tal forma a atenuar as limitações do modelo matemático utilizado, que não possui conexões causais.

Na terceira e última seção, são apresentados os resultados das decomposições para o período compreendido entre 2001 e 2011, permitindo que se identifiquem as principais fontes de renda domiciliar associadas com a queda da desigualdade de renda. Porém, antes da apresentação desses resultados, ocorrem a formalização do modelo e as metodologias utilizadas. Destacam-se as metodologias para obtenção das rendas do BPC e PBF, que necessitam de um conjunto de “filtros” na PNAD, amparados pelas recomendações da literatura nacional. Por fim, tecem-se as considerações finais.

2. O QUE SABEMOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS RENDAS DO TRABALHO E DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA PARA A QUEDA NA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL?

A literatura brasileira, desde meados dos anos 2000, traz um conjunto de evidências sobre o peso relativo das fontes de renda - renda do trabalho e das transferências públicas de renda - para a queda da desigualdade na distribuição de renda. (SOARES, 2006; BARROS et al, 2006; IPEA, 2006; CACCIAMALI et al, 2009; HOFFMANN, 2006 e 2013). No primeiro lustro dos 2000, todos os estudos apontaram a renda do trabalho como o principal fator da queda na desigualdade da distribuição de renda, seguido pelas transferências de renda do Programa Bolsa Família (PBF) e, na sequência, pelas Aposentadorias e Pensões.

A magnitude dos resultados oscila entre os distintos estudos, contudo a contribuição da renda do trabalho para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, entre 2001 e 2004, variou entre 45% e 68% (IPEA, 2006; SOARES, 2006); enquanto que a renda do PBF, nesse mesmo período, contribuiu entre 27% e 31% (SOARES, 2006; HOFFMANN, 2006) e as

aposentadorias e pensões, indexadas ao salário mínimo, com 10% (SOARES, 2006). Resultados mais recentes para o período de 2003 a 2011 indicam a ampliação da contribuição das aposentadorias e pensões com aproximadamente 22% (HOFFMANN, 2013) e a redução da importância do PBF somado às transferências dos Benefícios da Prestação Continuada (BPC) com 16,9%.

Resultados a partir de metodologias distintas apresentaram a mesma tendência no que se refere à perda de importância relativa da contribuição do PBF vis-à-vis as aposentadorias e pensões⁴. Por exemplo, SOARES (2010) e CARVALHO (2013) obtiveram respectivamente 14% e 9,2% para a contribuição do PBF entre 2007 e 2009 e 2006 e 2011, e 9% e 15%, respectivamente, para as aposentadorias e pensões.

Esclarecemos que o maior peso das aposentadorias e pensões para a queda da desigualdade de renda está relacionado ao aumento do salário mínimo no período que, entre abril de 2002 e fevereiro de 2009, cresceu, em termos reais, 45% (DIEESE, 2013) e aumentou sua participação na renda familiar per capita – variável objeto da decomposição. Essa fonte de renda representa ao longo de toda a década de 2000 aproximadamente 20% da renda domiciliar per capita (HOFFMANN, 2013). Entre 2001 e 2004, a contribuição das aposentadorias e pensões variou de 5,9% (HOFFMANN, 2006) até 10% (SOARES, 2006), com valores intermediários de 8,6% (CACCIAMALI et al, 2009).

Entre 2006 e 2011, o peso no total da contribuição para a queda da desigualdade de renda aumentou, alcançando segundo Carvalho (2013) 36%. Os resultados estimados por Hoffmann (2013) nessa matéria ratificam a tendência de aumento na contribuição das aposentadorias e pensões para a queda da desigualdade de renda, embora com um percentual menor de 23,6% entre 2001 e 2011⁵.

Por outro lado, a redução da contribuição do PBF para a queda da desigualdade de renda indica a ocorrência de rendimentos decrescentes. Para os primeiros anos dessa década, entre 2001 e 2004, o PBF e o BPC, juntos, contribuíram com aproximadamente um quarto da queda da desigualdade de renda no Brasil (SOARES, 2006; HOFFMANN, 2006 e CACCIAMALI et al, 2009)⁶. Especificando as contribuições de cada um dos dois programas para a queda da desigualdade, entre 2001 e 2005, nota-se que o PBF atinge 11,1% e o BPC 11,8% (BARROS et al, 2007a).

Entre 2006 e 2011, o PBF passa a contribuir com 9,2% para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita (CARVALHO, 2013), indicando

⁴ Como não há na PNAD uma variável que capte os rendimentos do PBF, exceto em seus esporádicos suplementos especiais, a literatura nacional tem buscado estimativas a partir da variável v1273 dos microdados da PNAD. Essa variável agrega os rendimentos da caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos. Ou seja, contém os rendimentos de algumas transferências públicas que precisam ser desagregados. O desafio metodológico é como filtrar dessa variável as rendas específicas do PBF e do BPC. Uma primeira metodologia foi proposta por Barros et al (2007) e classificada como “valores típicos”. Souza et al. (2011) propuseram a determinação de um limite superior para a variável captada pela PNAD igual ao valor máximo que uma família poderia receber mensalmente do PBF.

redução em sua capacidade contributiva. Ou seja, a expansão da cobertura do PBF amplia-se velozmente entre 2001 e 2005, desacelerando-se entre 2006 e 2011, além de perder importância na renda familiar total per capita. Sendo assim, espera-se rendimentos marginais decrescentes para o PBF para anos mais recentes. (CACCIAMALI et al., 2014).

Por sua vez, a renda do trabalho resulta das características e funcionamento do mercado de trabalho e a sua importância para a dinâmica da desigualdade de renda dependerá da evolução dos diferenciais salariais. Neste campo, entre 2001 e 2006, distintos autores estimaram o estreitamento dos diferenciais de salário por anos de escolaridade, sexo e cor da pele. As principais causas para tal comportamento residiram no crescimento do mercado de trabalho formal, sobretudo para ocupações menos qualificadas, simultaneamente ao aumento do salário mínimo e aos acordos e dissídios coletivos que na maior parte das vezes definiram reajustes salariais acima da inflação. (CACCIAMALI, 2005; SABOIA, 2007; CACCIAMALI, 2010).

Embora os diferenciais salariais por cor e sexo se mantenham elevados no final da década de 2000, nota-se que entre 2002 e 2006 esses hiatos caíram. Mulheres negras sem carteira assinada apresentavam um hiato salarial, em 2002, em relação aos homens brancos, de 81,5%, reduzindo-se para 65,1% em 2006 (CACCIAMALI, TATEI e ROSALINO, 2008). Entre 2001 e 2005 há evidências que indicam que a redução na discriminação por cor contribuiu com 5% para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita (BARROS et al, 2007b).

Nota-se que o avanço da escolarização possui forte correlação com as mulheres, pois ampliaram sua escolaridade acima da média masculina (NONATO et al, 2012). Essa ampliação da escolaridade é um item associado à qualificação da oferta de trabalho nacional e concentrou-se, na primeira década de 2000, no crescimento dos ocupados com nível médio completo (IPEA, 2011).

Adicionalmente verificou-se a diminuição da diferença de remuneração entre firmas de médio, grande e pequeno portes, assim como entre setores da atividade econômica e entre as regiões mais pobres e mais ricas. Os salários dos ocupados formais nas micro e pequenas empresas cresceram mais (1,4% a.a.) do que os ocupados nas médias e grandes empresas (0,4% a.a.), contribuindo para a queda no hiato salarial por porte de empresas (DIEESE, 2012). A queda nas diferenças de rendimentos entre as atividades econômicas contribuiu com 14% para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita em 2005 (ULYSSEA, 2007). Entre 2001 e 2004a redução nos hiatos salariais entre os

⁵ Hoffmann (2013) entende que a capacidade explicativa das aposentadorias e pensões entre 1995 e 2011 deve-se ao aumento real do salário mínimo. Resultados similares aos de Hoffmann (2013), porém para um período diferente, são encontrados por CACCIAMALI et al. (2014), que obtiveram uma contribuição das aposentadorias e pensões para a queda da desigualdade da ordem de 25%, entre 2001 a 2011.

ocupados urbanos e rurais contribuiu com 5% para a queda da desigualdade de renda, enquanto a redução do hiato entre as capitais e o interior contribuiu com 11% (IPEA, 2006).

3. COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS ASSOCIADAS COM A QUEDA DA DESIGUALDADE DA RENDA AO LONGO DOS 2000

As principais variáveis que contribuíram para a queda da desigualdade de renda na primeira década de 2000 estão associadas ao comportamento do mercado de trabalho e às transferências públicas. Para se visualizar uma parcela desse mercado de trabalho, foram selecionadas as seguintes variáveis para os anos de 2001 e 2011: renda média e desigualdade da renda do trabalho por níveis de escolaridade; renda média do trabalho por regiões selecionadas (urbana, rural e metropolitana); e renda média e desigualdade da renda do trabalho por posição na ocupação.

O recorte por níveis de escolaridade justifica-se pela importância do capital humano e sua ligação com a desigualdade da renda do trabalho. As regiões selecionadas buscam captar as diferenças regionais no mercado de trabalho. A posição na ocupação busca captar a segmentação formal-informal do mercado de trabalho nacional.

Para as transferências públicas foram recortadas as variáveis: renda média dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); renda média dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e renda média dos aposentados. A influência do PBF na queda da desigualdade da renda domiciliar destacou-se na literatura nacional, embora alguns resultados mais recentes sugiram a redução de sua importância. O BPC possui menor cobertura do que o PBF, mas seus benefícios médios são maiores. As aposentadorias representam a maior parcela das transferências públicas.

O maior crescimento da renda média do trabalho nacional ocorreu para os ocupados sem instrução, mas sua desigualdade de renda apresentou uma das menores quedas. Esse crescimento maior para os ocupados sem instrução está associado ao crescimento real do salário mínimo, uma vez que essa faixa de rendimentos aproxima-se desse salário base da economia brasileira. Também se pode supor que esse maior crescimento da renda dos ocupados sem instrução esteja associado a ampliação da demanda por trabalho menos qualificado

⁶ Os resultados desses três estudos podem ser considerados aproximados porque ainda não tinham filtrado as rendas específicas dos dois programas (PBF e BPC), pois a variável da PNAD utilizada inclui juros e dividendos. Também é importante destacar que o PBF incorporou uma série de programas de transferência de renda a partir de 2003. Portanto, antes de 2003 não era classificado como PBF.

em virtude do aumento de setores de serviços de baixa produtividade. As macrorregiões Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram o maior crescimento de renda para esse nível de baixa qualificação (sem instrução). O menor grau de desigualdade em 2011 para os sem instrução ocorreu para a macrorregião Sudeste.

As maiores quedas da desigualdade, embora não tenham as mesmas magnitudes em 2001, foram para os ocupados com fundamental (incompleto e completo) e ensino médio completo. Na hierarquia de crescimento da renda do trabalho, os ocupados com fundamental incompleto apresentaram a segunda maior taxa (20,7%). As macrorregiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste mostraram um crescimento acima da renda do trabalho nacional para esse nível de escolaridade (fundamental incompleto).

Dessa forma, os ocupados com fundamental incompleto podem ter contribuído para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita de

Tabela 1. Desigualdade e renda média do trabalho por níveis de escolaridade . 2001-2011

Grau de escolaridade	Região geográfica	Renda do trabalho*			Gini		
		2001	2011	Var. % 2001-2011	2001	2011	Var. % 2001-2011
Sem instrução	Brasil	414	656	58,3	0,439	0,427	-2,7
	Norte	487	711	46,0	0,379	0,413	9,1
	Nordeste	310	440	42,0	0,428	0,415	-3,0
	Sudeste	554	843	52,2	0,401	0,359	-10,4
	Sul	508	875	72,1	0,413	0,415	0,3
	Centro Oeste	545	909	66,9	0,406	0,402	-1,0
Fundamental incompleto	Brasil	666	804	20,7	0,453	0,396	-12,5
	Norte	622	740	19,0	0,439	0,416	-5,4
	Nordeste	415	534	28,8	0,458	0,412	-9,9
	Sudeste	776	890	14,7	0,426	0,349	-18,0
	Sul	760	965	27,0	0,430	0,391	-9,0
	Centro Oeste	705	952	35,0	0,435	0,390	-10,4
Fundamental completo	Brasil	906	936	3,4	0,454	0,386	-15,0
	Norte	771	847	9,9	0,443	0,405	-8,6
	Nordeste	617	680	10,1	0,454	0,416	-8,5
	Sudeste	1.004	999	-0,5	0,442	0,360	-18,4
	Sul	944	1.041	10,3	0,439	0,357	-18,8
	Centro Oeste	919	1.055	14,7	0,474	0,402	-15,1
Médio completo	Brasil	1.418	1.291	-9,0	0,477	0,407	-14,5
	Norte	1.253	1.199	-4,4	0,462	0,424	-8,2
	Nordeste	1.030	963	-6,5	0,487	0,416	-14,5
	Sudeste	1.557	1.374	-11,8	0,463	0,387	-16,4
	Sul	1.435	1.424	-0,8	0,458	0,388	-15,2
	Centro Oeste	1.560	1.455	-6,7	0,508	0,436	-14,3
Superior completo	Brasil	3.910	3.405	-12,9	0,477	0,486	2,0
	Norte	3.959	2.857	-27,8	0,470	0,450	-4,3
	Nordeste	3.083	2.811	-8,8	0,511	0,511	0,0
	Sudeste	4.181	3.602	-13,9	0,466	0,482	3,5
	Sul	3.497	3.166	-9,4	0,474	0,461	-2,6
	Centro Oeste	4.406	4.021	-8,7	0,470	0,495	5,4

Fonte: IBGE. PNAD's 2001 e 2011 (microdados). Elaboração própria

* Deflacionada pelo INPC. 2011=100

duas formas: pela expansão da renda dos decis inferiores situados no entorno do salário mínimo e pela queda mais acentuada de sua desigualdade de renda. Já os ocupados com ensino fundamental completo destacaram-se pela queda da desigualdade, com as macrorregiões Sudeste e Sul atingindo as maiores reduções da desigualdade de renda do trabalho.

Para os ocupados com ensino médio completo verifica-se uma queda da renda do trabalho. Nesse período de 2001 a 2011, nota-se uma expansão relativamente alta dos ocupados com nível médio de escolaridade. Sendo assim, combina-se crescimento dos ocupados com nível médio com redução da sua renda média do trabalho e uma queda mais acentuada da desigualdade de sua renda, sugerindo que a demanda por trabalho de nível médio não acompanhou o ritmo da oferta, devido à expansão e maior valorização da educação no período.

Como a renda dos ocupados com nível médio situa-se hierarquicamente entre os maiores rendimentos médios do trabalho, supõe-se que ocorrerá uma aproximação de seus rendimentos com os menores, situados nos decis inferiores da distribuição de renda, promovendo uma queda da desigualdade na renda do trabalho. Como há um número expressivo de ocupados com nível médio, provavelmente sua massa salarial também se aproximou das massas dos ocupados com menores rendimentos e menos anos de estudo.

Para os ocupados com nível superior a desigualdade se ampliou para Brasil e a renda média caiu para todas as regiões, sugerindo uma interação entre a oferta e a demanda por trabalho que não privilegiou os ocupados mais qualificados desse nível de escolaridade. Os resultados indicam que a renda média dos trabalhadores menos escolarizados (sem instrução, fundamental incompleto e fundamental completo) aproxima-se dos mais escolarizados (com nível médio e curso superior), em decorrência de uma possível interação da demanda por trabalho com a oferta de trabalho que favoreceu mais os postos de trabalho com menor qualificação, ampliando sua massa salarial real e sua participação relativa nos decis da distribuição da renda do trabalho total, além de ter diminuído a participação relativa das maiores rendas nos decis superiores. Dessa forma, com a aproximação dos decis inferiores em relação aos decis superiores, ocorre a queda da desigualdade da renda do trabalho.

Os hiatos de rendimentos intrarregionais entre os níveis de escolaridade selecionados caíram para todas as regiões. Para Brasil, o hiato entre a renda dos ocupados com nível superior e os de nível médio caiu de 176% para 164%. Para o hiato médio/fundamental completo a queda foi de 57% para 38%. Entre os ocupados com fundamental incompleto e os sem instrução houve redução de 61% no hiato para 23%. Naturalmente que essas reduções nos

hiatos foram geradas pelo crescimento mais acelerado da renda do trabalho dos níveis educacionais menores e pela diminuição da renda dos níveis maiores de escolaridade.

Os hiatos de rendimentos interregionais por níveis de escolaridade ampliaram-se em todas as regiões (exceto para a macrorregião Sul). Tomando como parâmetro a renda do trabalho da macrorregião Centro-Oeste, por mostrar-se a maior em quase todos os níveis educacionais, nota-se que para os ocupados com nível superior o hiato entre o Centro-Oeste e o Norte passou de 11% em 2001 para 41% em 2011.

Para o nível médio de escolaridade o hiato manteve-se em 51% entre o Centro-Oeste e o Nordeste. Para o fundamental completo as maiores ampliações dos hiatos ocorreram para as macrorregiões Norte e Nordeste, que passaram de 19% para 25% e de 49% para 55%, respectivamente. Para os menores níveis de escolaridade (sem instrução e fundamental incompleto), os maiores hiatos em 2011 foram para a macrorregião nordestina (107% e 78%, respectivamente). Esses hiatos ampliaram-se predominantemente em função do crescimento mais acelerado da renda do trabalho do Centro-Oeste.

O crescimento da renda do trabalho foi maior para as áreas rurais, seguida das áreas urbanas (não metropolitanas) e metropolitanas. Contudo, apesar

Tabela 2. Desigualdade e renda média do trabalho por áreas selecionadas. 2011-2011

Área de situação censitária	Região geográfica	Renda do trabalho			Gini		
		2001	2011	Var. % 2001-2011	2001	2011	Var. % 2001-2011
Região metropolitana	Brasil	1.459	1.600	9,7	0,547	0,495	-9,4
	Norte	1.023	1.184	15,7	0,541	0,479	-11,5
	Nordeste	1.009	1.175	16,5	0,579	0,501	-13,6
	Sudeste	1.613	1.735	7,6	0,535	0,492	-7,9
	Sul	1.414	1.626	15,0	0,520	0,462	-11,1
Urbana não-metropolitana	Brasil	1.052	1.260	19,8	0,541	0,477	-12,0
	Norte	944	1.145	21,4	0,522	0,482	-7,6
	Nordeste	658	898	36,5	0,542	0,496	-8,5
	Sudeste	1.198	1.314	9,7	0,521	0,440	-15,5
	Sul	1.143	1.386	21,3	0,508	0,441	-13,2
	Centro Oeste	1.269	1.628	28,2	0,567	0,515	-9,2
Rural	Brasil	503	705	40,0	0,518	0,483	-6,6
	Norte	412	640	55,3	0,440	0,429	-2,5
	Nordeste	325	438	34,7	0,468	0,454	-3,0
	Sudeste	622	878	41,3	0,504	0,416	-17,5
	Sul	764	1.078	41,0	0,494	0,469	-5,1
	Centro Oeste	691	976	41,2	0,470	0,420	-10,6

Fonte: IBGE. PNAD's 2001 e 2011 (microdados). Elaboração própria

das quedas generalizadas da desigualdade, a maior ocorreu para as áreas urbanas, embora as desigualdades iniciais em 2001 fossem de magnitudes diferentes. O maior crescimento da renda ocorreu para a macrorregião nortorural, atingindo 55,3% no período. Os hiatos de renda entre as áreas urbanas e rurais das demais macrorregiões reduziram-se, exceto para a macrorregião Nordeste que apresentou uma sutil elevação de 102% para 105% em 2011. Para Brasil o hiato urbano-rural passou de 109% para 79%.

Essa redução no hiato salarial entre as áreas urbanas e rurais pode ter contribuído para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, em função da expansão das menores rendas contidas nas áreas rurais que podem aumentar a participação dos decis inferiores na distribuição de renda, aproximando-os dos maiores. Contudo, esse possível efeito-renda gerado pelo aumento da renda rural terá alcance limitado porque o montante de ocupados rurais é relativamente reduzido, gerando uma massa salarial menor.

As regiões metropolitanas possuem as maiores rendas do trabalho e como apresentaram no período um crescimento menor do que as outras áreas, espera-se que os maiores rendimentos contidos nos decis superiores cresçam relativamente menos, aproximando-se dos decis intermediários e inferiores e propiciando a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita. As diferenças no crescimento dos rendimentos entre as áreas metropolitanas, urbanas e rurais sugerem dinâmicas distintas em seus mercados de trabalho.

O menor crescimento da renda do trabalho ocorreu para os empregados com carteira de trabalho (8,5%), mas com relação a desigualdade apresentou a maior queda. Além da maior queda, apresentou em 2011 a menor desigualdade nacional (com GINI de 0,387). Vale notar que nesse período houve um crescimento relativamente elevado dos empregados com carteira assinada, sobretudo de menor escolaridade. A maior taxa de crescimento da renda do trabalho ocorreu para os ocupados sem carteira assinada. Aliás, os ocupados sem carteira auferem rendimentos próximos ao salário mínimo, usufruindo de um possível transbordamento salarial gerado pela valorização do mínimo. Os efeitos do aumento do salário mínimo parecem ter transbordado também para os ocupados por conta própria, que apresentaram uma das maiores taxas de crescimento da renda. As rendas médias do trabalho por conta própria das macrorregiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste aproximam-se das rendas dos empregados com carteira em 2011, em função da expansão relativamente acelerada das rendas do trabalho por conta própria nessas regiões.

O emprego público estatutário que representa uma parcela do emprego público total mostrou um crescimento da renda relativamente elevado, mas

Tabela 3. Desigualdade e renda média do trabalho por posição na ocupação. 2011-2011

Posição de ocupação	Região geográfica	Renda do trabalho*			Gini		
		2001	2011	Var. % 2001-2011	2001	2011	Var. % 2001-2011
Empregado com carteira de trabalho assinada	Brasil	1.201	1.304	8,5	0,455	0,387	-14,9
	Norte	1.035	1.116	7,9	0,432	0,354	-18,3
	Nordeste	842	966	14,7	0,439	0,339	-22,8
	Sudeste	1.359	1.439	5,9	0,460	0,403	-12,3
	Sul	1.104	1.264	14,5	0,407	0,339	-16,8
	Centro Oeste	1.113	1.299	16,8	0,444	0,383	-13,7
Funcionário público estatutário	Brasil	1.843	2.301	24,8	0,484	0,488	1,0
	Norte	1.561	2.061	32,1	0,472	0,451	-4,5
	Nordeste	1.360	1.781	31,0	0,510	0,504	-1,3
	Sudeste	2.074	2.320	11,8	0,447	0,463	3,5
	Sul	1.811	2.499	38,0	0,454	0,451	-0,8
	Centro Oeste	2.288	3.437	50,2	0,529	0,511	-3,4
Empregado sem carteira de trabalho assinada	Brasil	656	833	27,0	0,503	0,443	-12,0
	Norte	666	814	22,2	0,464	0,417	-10,2
	Nordeste	409	569	39,2	0,457	0,405	-11,4
	Sudeste	815	1.004	23,2	0,504	0,440	-12,6
	Sul	697	905	29,9	0,469	0,398	-15,3
	Centro Oeste	762	1.070	40,3	0,472	0,449	-4,8
Conta própria	Brasil	940	1.170	24,4	0,580	0,529	-8,7
	Norte	788	985	24,9	0,506	0,506	0,0
	Nordeste	492	656	33,2	0,577	0,551	-4,4
	Sudeste	1.294	1.458	12,7	0,548	0,482	-11,9
	Sul	1.079	1.426	32,1	0,523	0,488	-6,8
	Centro Oeste	1.059	1.469	38,7	0,543	0,496	-8,7
Empregador	Brasil	3.574	4.035	12,9	0,532	0,526	-1,2
	Norte	2.908	3.639	25,2	0,546	0,514	-5,9
	Nordeste	2.348	3.151	34,2	0,572	0,584	2,2
	Sudeste	4.067	4.369	7,4	0,512	0,516	0,7
	Sul	3.421	3.896	13,9	0,510	0,485	-4,8
	Centro Oeste	4.207	4.806	14,3	0,535	0,523	-2,1

Fonte: IBGE. PNAD's 2001 e 2011 (microdados). Elaboração própria

* Deflacionada pelo INPC. 2011=100

sua redução na desigualdade foi baixa. Os empregadores, que constituem parcela relativamente reduzida dos ocupados, apresentaram baixa redução da desigualdade de renda. Os ocupados informais (sem carteira e por conta própria), que se expandem intersticialmente, contribuíram com o crescimento da renda dos decis inferiores e intermediários, além de promoverem as maiores quedas na desigualdade.

Os hiatos de renda entre a segmentação formal/informal do mercado de trabalho reduziram-se para Brasil e macrorregiões. O hiato com carteira/sem carteira era 83% em 2001 e caiu para 57% no Brasil em 2011, enquanto o hiato com carteira/conta própria reduziu-se de 28% para 11% em 2011. Os ocupados informais (sem carteira e conta própria) contribuíram para a ampliação da renda média do trabalho e para a queda da sua desigualdade, além de promover uma redução na segmentação formal/informal do mercado de trabalho.

Tabela 4. Renda média dos beneficiários das principais transferências públicas

Fonte de renda	Região geográfica	Renda domiciliar média		
		2001	2011	Var. % 2001-2011
Bolsa Família e correlatos	Brasil	63,61	123,40	94,0
	Norte	65,00	136,94	110,7
	Nordeste	70,55	123,30	74,8
	Sudeste	55,03	120,31	118,6
	Sul	45,45	116,19	155,6
	Centro Oeste	72,07	125,03	73,5
Benefício de Prestação Continuada	Brasil	372,70	595,44	59,8
	Norte	379,71	580,86	53,0
	Nordeste	357,63	604,08	68,9
	Sudeste	372,45	589,90	58,4
	Sul	389,76	588,15	50,9
Aposentadorias e pensões públicas	Centro Oeste	378,64	604,57	59,7
	Brasil	1140,02	1368,49	20,0
	Norte	971,15	1189,58	22,5
	Nordeste	838,15	1093,13	30,4
	Sudeste	1299,41	1496,51	15,2
Sul	1173,97	1399,65	19,2	
Centro Oeste	1181,20	1617,53	36,9	

Fonte: IBGE. PNAD's 2001 e 2011 (microdados). Elaboração própria.
Deflacionado pelo INPC de 2011

Os benefício médio do PBF foi o que apresentou a maior taxa de crescimento no período, praticamente dobrando seu valor para a realidade nacional, embora seu valor médio tenha se mantido o menor em relação às demais transferências selecionadas. Com uma renda média nacional de R\$123 e aproximadamente 14 milhões de domicílios beneficiados em 2011, os beneficiários expandem os rendimentos dos decis inferiores da distribuição da renda domiciliar per capita.

A renda média do BPC situa-se no entorno do salário mínimo, enquanto que a renda média das aposentadorias e pensões atinge o maior nível na hierarquia dos três rendimentos destacados. Na hierarquia do número de benefícios concedidos, destacam-se as aposentadorias e pensões, seguidas pelo PBF e BPC.

Contudo, as aposentadorias e pensões apresentam uma forte desigualdade em seus rendimentos (CACCIAMALI et al., 2009; CACCIAMALI et al., 2014). Em contrapartida, os rendimentos do PBF e BPC apresentam graus de desigualdade baixos (HOFFMANN, 2013; CACCIAMALI et al., 2014), sugerindo a

existência de uma relativa focalização dos dois programas. A combinação da baixa desigualdade dos rendimentos do PBF e BPC com a renda média desses programas mais o número relativamente elevado de beneficiários, indica a possibilidade de ampliação das rendas dos decís inferiores e intermediários da distribuição de renda, contribuindo para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita.

4. DECOMPOSIÇÃO DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA DOMICILIAR: FORMALIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MODELO ADOTADO

A desagregação da desigualdade da renda domiciliar per capita utilizada, baseia-se na metodologia proposta inicialmente por Shorrocks (1982) que demonstra que o índice de Gini, G , pode ser representado por:

$$G = \sum_{k=1}^K S_k \cdot C_k$$

onde S_k é participação da fonte de rendimento k na renda total e C_k é o coeficiente de concentração da renda k em relação ao total da renda. Hoffman (2006) e Soares et al. (2006) mostram que é possível desagregar o efeito de cada fonte de renda na variação do Gini entre dois períodos, conforme a equação abaixo:

$$\Delta G = \sum_{k=1}^K [(\bar{C}_k - \bar{G}) \Delta S_k + \bar{S}_k \Delta C_k]$$

onde o primeiro termo (à direita) é a contribuição das mudanças na concentração da fonte k , e o segundo (à esquerda) é a contribuição das mudanças na participação relativa da fonte k na renda total.

Cabe uma consideração metodológica sobre o cálculo da concentração da fonte k : essa concentração é obtida por meio da aplicação de covariância no coeficiente de concentração de cada uma das fontes de renda selecionadas. Na literatura nacional esse coeficiente k também é classificado como “razão de concentração” (HOFFMANN, 2013), diferenciando-se assim do cálculo direto e típico de um indicador de concentração (como o Gini, por exemplo).

Dessa forma, a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita verificada no período em tela (de 2001 a 2011), pode ser decomposta em dois fatores: i) fator renda que medirá a contribuição da variação de cada uma das fontes de renda na queda da desigualdade; e ii) fator concentração, que medirá

a contribuição da variação da concentração de renda de cada uma das cinco fontes selecionadas.

Outra consideração metodológica sobre o modelo de decomposição diz respeito ao tamanho da renda do trabalho na composição da renda domiciliar per capita. Como a renda do trabalho ocupa aproximadamente $\frac{3}{4}$ da renda domiciliar per capita nacional e a variação absoluta do Gini entre 2001 e 2011 é relativamente pequena, qualquer variação infinitesimal nos coeficientes de concentração e de participação relativa da renda do trabalho provocará mudanças na contribuição das demais fontes de renda.

A natureza do modelo adotado também não permite identificar as conexões causais entre as variáveis selecionadas (cinco fontes de renda) e a desigualdade da renda domiciliar per capita (CACCIAMALI et al., 2009). Contudo, o modelo pertence a um grupo de exercícios matemáticos que permite levantar uma série de variáveis potencialmente explicativas da desigualdade de renda (FERREIRA et al., 2006).

A) RENDA DO TRABALHO (TRAB): essa variável foi obtida diretamente dos microdados das PNAD's de 2001 e 2011, excluindo-se os indivíduos que declararam renda zero. Na PNAD essa variável recebe a classificação v4719; "rendimento de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade". A participação da renda do trabalho na composição da renda domiciliar per capita nacional é elevada, ocupando 73% do total em 2011. Em 2011 essa participação era praticamente a mesma de 2001.

B) APOSENTADORIAS E PENSÕES PÚBLICAS (APOS): foram somadas as variáveis da PNAD de números v1252, v1255 e v1264. Essa fonte de renda teve uma ligeira ampliação no período analisado, passando de 20,8% em 2001 para 22,4% da renda domiciliar per capita nacional em 2011.

C) BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): essa variável proxy foi estimada por meio de uma desagregação da variável v1273 (juros da caderneta da poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos) dos microdados das PNAD's de 2001 e 2011. A metodologia adotada para a desagregação seguiu o seguinte procedimento operacional: caso a soma per capita do valor captado pela variável v1273 seja igual a 1,2 ou 3 salários mínimos correntes, essa renda é considerada como proveniente do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse procedimento ampara-se no conceito de "famílias vulneráveis" contido no Cadastro Único de beneficiários, além de ser um dos critérios de elegibilidade do programa. Na

literatura nacional o limite de 3 mínimos costuma ser adotado para se estimar o BPC (SOARES et al.,2006b). A renda do BPC ocupou 0,3% da renda domiciliar per capita nacional em 2011.

D) PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): foi definido um teto limite equivalente a meio salário mínimo corrente, para se evitar a soma de outros programas sociais que existiam concomitantemente. Assim, qualquer valor da soma da variável v1273 no domicílio que seja igual ou inferior ao teto determinado para cada ano, foi considerado como oriundo do PBF e programas correlatos. Tal escolha pouco afeta as características das famílias potenciais dos programas de transferência de renda, especialmente se considerado que desde sua implementação, em 2003, os valores dos benefícios do PBF só foram alterados pela primeira vez em 2007. Sendo assim, a possibilidade de viés de seleção é atenuada e torna-se reduzida. Os programas correlatos foram considerados porque em 2001 o PBF não existia e a partir de 2003, com a sua criação, foram incorporados ao mesmo. O teto de meio salário mínimo também atende ao critério de “famílias vulneráveis” do Cadastro Único. As estimativas das estatísticas descritivas realizadas para essa proxy do PBF, a partir dos filtros efetuados, aproximam-se dos valores médios dos benefícios, do total de famílias beneficiárias e dos gastos brutos.

E) OUTRAS RENDAS (OUTRAS): após as etapas anteriores de desagregação, toda a renda restante da variável v1273 foi considerada como oriunda de juros e dividendos. Contudo, cabe considerar que as rendas do capital (juros e dividendos) que deveriam ser captadas na variável v1273, encontram-se subestimadas quando comparadas a outras bases de dados (BARROS et al.,2006c).

Com as cinco fontes de renda selecionadas (renda do trabalho, aposentadorias e pensões, BPC, PBF e outras rendas) foram construídas decomposições das desigualdades das rendas domiciliares per capita para algumas regiões recortadas, além da realidade nacional. Das macrorregiões os resultados foram gerados para o Nordeste e Sudeste. Outros recortes ocorrem para o agregado das regiões metropolitanas nacionais e para as áreas urbanas e rurais. Aliás, também foram gerados resultados a partir do cruzamento dessas mesmas áreas metropolitanas, urbanas e rurais com as duas macrorregiões selecionadas. As decomposições, depois de descritas, foram agrupadas por meio de cluster euclidiano (análise multivariada) com o propósito de se identificar possíveis similaridades regionais e uma eventual tipologia das decomposições.

4. RESULTADOS DAS DECOMPOSIÇÕES DA QUEDA DA DESIGUALDADE DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 2001 E 2011: BRASIL, MACRORREGIÕES, ÁREAS METROPOLITANAS, ÁREAS URBANAS E RURAIS

As decomposições permitem a visualização de alguns padrões regionais com relação as fontes de renda, além de também fornecer algumas dissimilaridades (Tabela 5). A renda do trabalho foi a que mais contribuiu para a queda da desigualdade de renda nacional e das duas macrorregiões selecionadas. Esse resultado é compatível com a elevada participação da renda do trabalho na composição da renda domiciliar per capita.

Examinando as fontes de renda, nota-se que a renda do trabalho responde por 42,8% da queda do índice de Gini no Nordeste entre 2001 e 2011, ao passo que as transferências públicas do PBF e BPC são responsáveis por 22,8% e 3,8%, respectivamente, e as transferências decorrentes de pensões correspondem a 23,1%. O conjunto das transferências públicas (aposentadorias, PBF e BPC) foi responsável por cerca de 50% da queda do Gini, o que supera a participação da renda do mercado de trabalho no Nordeste⁷.

A diferença de importância das fontes de renda para a redução da desigualdade na distribuição de renda entre as macrorregiões torna-se patente ao se comparar os resultados com o Sudeste, onde a renda oriunda do PBF é responsável por apenas 3,2% da queda do Gini na região; enquanto o BPC contribuiu com 3,0%. As aposentadorias e pensões, contudo, apresentam comportamento semelhante nas duas regiões (Tabela 5).

A decomposição pelas fontes de renda e suas implicações para a diminuição da desigualdade ressaltam dois fatos. O primeiro é a importância do mercado de trabalho para a diminuição do coeficiente de Gini tanto em nível nacional quanto nas das macrorregiões Nordeste e Sudeste. A importância é maior na região Sudeste devido ao maior dinamismo de seu mercado de trabalho. O segundo fato é o papel das transferências públicas desvinculadas do mercado de trabalho na região Nordeste.

Comparando os resultados das decomposições com as participações relativas do PBF e BPC nas rendas domiciliares per capita, percebe-se que a contribuição desses programas para a queda do GINI é maior do que tais participações. Ou seja, enquanto o PBF ocupava 1,5% da renda domiciliar

⁷ Hoffman (2013) também verifica a contribuição elevada das aposentadorias e pensões do governo para queda do Gini (18,6% entre 2001-2011, e 21,6% entre 2003-2011), e por meio da desagregação adicional dessa renda em duas partes (até 1 salário mínimo, e a outra acima desse valor), o autor observa que a contribuição dessa fonte de renda para a queda da desigualdade se deve unicamente ao aumento real do salário mínimo nesse período.

Tabela 5. Contribuição para a queda da desigualdade por fontes de renda e regiões. 2001 a 2011 (%)

Região	Fonte	Efeito Conc.	Efeito Partic.	Efeito Total
Nordeste	TRAB	42,2	0,6	42,8
	APOS	23,3	-0,2	23,1
	BPC	-0,4	4,2	3,8
	PBF	2,5	20,3	22,8
	OUTRAS	7,1	0,2	7,4
	Total	74,8	25,2	100
Sudeste	TRAB	56,8	0,0	56,8
	APOS	23,8	0,1	23,8
	BPC	-0,1	3,1	3
	PBF	0,4	2,8	3,2
	OUTRAS	9,9	3,3	13,2
	Total	90,7	9,3	100
Brasil	TRAB	51,8	0,0	51,8
	APOS	24,8	0,2	25
	BPC	0,0	3,4	3,4
	PBF	0,7	6,2	6,9
	OUTRAS	10,8	2,1	12,9
	Total	88,0	12,0	100

Fonte: PNAD.IBGE. 2001 e 2011. Elaboração própria

per capita nordestina em 2011, sua contribuição atingia 22,8%, em função da ampliação de sua cobertura captada pelo efeito participação de sua renda. Para o Sudeste, o PBF representava 0,1% da renda domiciliar e contribuiu com 3,2% para a queda da desigualdade nessa macrorregião. No Brasil o PBF compunha 0,4% da renda domiciliar per capita em 2011 e foi capaz de reduzir o Gini em 6,9%⁸. O BPC ocupou uma fatia da renda domiciliar per capita nacional próxima do PBF. No Sudeste o BPC superou a participação do PBF na renda domiciliar.

Cabe destacar que o benefício do BPC é significativamente maior (atinge um salário mínimo) do que a média dos benefícios do PBF. Sendo assim, a política de valorização do salário mínimo amplia a contribuição do BPC na queda do Gini. O PBF e o BPC contribuíram para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita em função da ampliação de suas coberturas, enquanto as rendas do trabalho e as aposentadorias e pensões contribuíram porque houve redução em suas desigualdades.

As diferenças regionais ficam mais evidentes com os recortes regionais por áreas metropolitanas, urbanas e rurais (Tabela 6). Primeiramente, a exemplo das decomposições anteriores para a realidade nacional e para as duas macrorregiões selecionadas (Nordeste e Sudeste) destaca-se o papel da renda do trabalho como principal componente explicativo para a redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2011.

⁸ Esses 6,9% de contribuição do PBF para a queda do GINI nacional sugerem, quando comparados à literatura nacional, que houve um arrefecimento na capacidade do PBF em reduzir a desigualdade de renda nacional. Contudo, como o período recortado nesse estudo é ligeiramente diferente dos períodos geralmente analisados, a comparação torna-se relativa.

Nas regiões metropolitanas e urbanas nacionais, a renda do trabalho foi a fonte de maior contribuição para a queda da desigualdade, com cifras relativamente próximas (53,4% e 51,7% respectivamente). Essa contribuição ocorre em função da queda da desigualdade da renda do trabalho, descrita pelo efeito concentração. O crescimento da renda do trabalho teve um efeito praticamente nulo sobre a desigualdade das três regiões selecionadas. Aliás, para as regiões rurais o efeito participação da renda do trabalho foi negativo, mostrando redução na composição da renda domiciliar per capita.

O mercado de trabalho metropolitano do Nordeste teve uma contribuição próxima aos mercados de trabalho urbanos e rurais do Sudeste, com cifras de 59,7%, 60,9% e 61,4% respectivamente. Apesar dessas contribuições da renda do trabalho para a queda da desigualdade aproximarem-se de 60%, cabe destacar que estão aquém de suas participações relativas na renda domiciliar per capita, que se situam próximas de $\frac{3}{4}$ do total. Ou seja, as demais fontes de renda respondem mais que proporcionalmente à sua importância na renda domiciliar per capita para a diminuição da desigualdade, confirmando-se como um instrumento de política redistributiva relevante.

As aposentadorias e pensões públicas destacaram-se no Brasil e no Sudeste metropolitano, com contribuições de 26,9% e 30,7%, respectivamente, com o efeito concentração sendo dominante. No Nordeste rural as aposentadorias e pensões tiveram um resultado distinto, comprometendo a queda da desigualdade da renda.

Tabela 6. Contribuição para a queda da desigualdade por fontes de renda e regiões. 2001 a 2011.

Região	Fonte	Nordeste			Sudeste			Brasil		
		Efeito Conc.	Efeito Partic.	Efeito Total	Efeito Conc.	Efeito Partic.	Efeito Total	Efeito Conc.	Efeito Partic.	Efeito Total
Metropolitana	TRAB	59,7	0,0	59,7	47,9	0,1	48	53,2	0,2	53,4
	APOS	21,3	-0,5	20,9	30,6	0,1	30,7	27,1	-0,2	26,9
	BPC	-0,1	3,1	3	-0,1	3,6	3,5	-0,1	3,3	3,2
	PBF	0,9	7,6	8,5	0,4	2,8	3,3	0,5	3,7	4,2
	OUTRAS	7,6	0,4	7,9	7,8	6,7	14,5	8	4,3	12,3
	Total	89,4	10,6	100	86,6	13,4	100	88,6	11,4	100
Urbano não Metropolitano	TRAB	35,1	0,4	35,5	60,9	0	60,9	51,7	0	51,7
	APOS	20,5	-0,1	20,4	20,3	-0,2	20	22,6	0,2	22,8
	BPC	-0,7	6,4	5,8	-0,1	3	2,9	0	3,7	3,7
	PBF	3,0	28,4	31,4	0,4	2,6	3	0,8	6,5	7,3
	OUTRAS	7,0	-0,1	6,9	11,2	2	13,2	13	1,5	14,5
	Total	64,9	35,1	100	92,7	7,3	100	88,2	11,8	100
Rural	TRAB	66,6	-24,0	42,6	62,4	-1	61,4	41,9	0,2	42,2
	APOS	9,3	-40,5	-31,2	18,5	-1,2	17,3	18,3	-4,4	13,9
	BPC	-3,2	2,5	-0,8	0,3	3,1	3,4	-0,8	4,6	3,8
	PBF	24,5	84,4	108,9	1,8	6	7,9	6,5	24,9	31,4
	OUTRAS	-22,9	3,4	-19,5	8,7	1,3	10	9,3	-0,6	8,7
	Total	74,3	25,7	100	91,6	8,4	100	75,3	24,7	100

Fonte: PNAD.IBGE. 2001 e 2011. Elaboração própria

Para o Brasil e Sudeste rurais as aposentadorias e pensões públicas apresentaram as menores contribuições, com cifras de 13,9 e 17,3% respectivamente. Esses resultados sugerem que o mercado de trabalho progresso e o comportamento do salário mínimo impactam de formas diferentes as desigualdades de renda nas regiões metropolitanas, urbanas e rurais. Ou seja, como os rendimentos do trabalho mostram-se baixos nas áreas rurais, a capacidade contributiva do trabalhador cai, resultando em benefícios previdenciários menores. O salário mínimo influencia os benefícios previdenciários indexados, mas as massas salariais desses benefícios são menores nas áreas rurais, ampliando menos a participação dos decís inferiores na distribuição da renda domiciliar per capita.

O BPC contribuiu entre 3% e 4% para a queda da desigualdade da quase totalidade das regiões selecionadas, tendo seu melhor desempenho para o Nordeste urbano. Para o Nordeste rural, o BPC não contribuiu para a queda da desigualdade de renda em função do aumento de sua concentração. Seu principal efeito é a participação, indicando a ampliação desse tipo de benefício na composição da renda domiciliar per capita.

O PBF contribuiu com 4,2% da queda da desigualdade domiciliar per capita nacional, indicando um possível rendimento marginal decrescente do programa, quando se compara com os resultados da literatura nacional de períodos anteriores. Contribuições muito superiores do PBF ocorrem para o Nordeste rural e urbano, com cifras de 108,9% e 31,4% respectivamente. Aliás, para o Brasil rural a contribuição do PBF é relativamente elevada, com 31,4%, indicando que o programa se destaca nas regiões com menores rendas domiciliares (Tabela 6).

A seguir, foi gerado o agrupamento por meio das similaridades dos resultados dos efeitos totais das cinco fontes de rendas utilizadas. No Grupo 1 há evidências de que as regiões mais urbanizadas e metropolitanas contaram com o dinamismo mais acentuado de seus mercados de trabalho para a queda

Tabela 7. Agrupamento das decomposições por similaridades dos efeitos totais

Grupo	Região	Fonte de Renda					Total
		TRAB	APOS	BPC	PBF	Outras	
	Brasil	51,8	25,0	3,3	6,9	12,9	100
	Brasil Urbano	51,7	22,8	3,7	7,3	14,5	100
	Brasil Metropolitano	53,4	26,9	3,2	4,2	12,3	100
Grupo 1	Sudeste	56,8	23,8	3,0	3,2	13,2	100
	Sudeste Urbano	60,9	20,0	2,9	3,0	13,2	100
	Sudeste Metropolitano	48,0	30,7	3,5	3,3	14,5	100
	Sudeste Rural	61,4	17,3	3,4	7,9	10,0	100
	Nordeste Metropolitano	59,7	20,9	3,0	8,5	7,9	100

Fonte: PNAD's de 2001 e 2011. Elaboração própria

de suas respectivas desigualdades de renda domiciliares. A renda do trabalho apresentou uma contribuição nesse grupo maior do que nas outras regiões.

A única região que difere do padrão urbano e metropolitano desse grupo é a Sudeste rural, que provavelmente experimentou algum dinamismo na renda do trabalho decorrente de modernização tecnológica e pela expansão do salário mínimo típico das ocupações rurais. A contribuição das aposentadorias e pensões públicas é ligeiramente maior do que das demais regiões não contidas nesse grupo. Destaca-se a contribuição relativamente reduzida do PBF.

Tabela 8. Agrupamento das decomposições por similaridades dos efeitos tota

Grupo	Região	Fonte de Renda					Total
		TRAB	APOS	BPC	PBF	Outras	
	Brasil Rural	42,2	13,9	3,8	31,4	8,7	100
Grupo 2	Nordeste	42,8	23,1	3,8	22,8	7,4	100
	Nordeste Urbano	35,5	20,4	5,8	31,4	6,9	100

Fonte: PNAD's de 2001 e 2011 (microdados). Elaboração própria

O grupo 2 apresenta uma contribuição da renda do trabalho para a queda da desigualdade de renda das regiões menor do que a do grupo 1, sugerindo um dinamismo relativamente menor de seu mercado de trabalho. Contudo, a contribuição do PBF amplia-se significativamente, uma vez que os benefícios do programa concentram-se no Nordeste. A contribuição do BPC, entretanto, apresenta padrão similar nos dois grupos, em função da baixa mudança no grau de sua concentração na quase totalidade das regiões analisadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hierarquia dos resultados obtidos por meio da decomposição da desigualdade frente às distintas fontes de renda para o período de 2001 a 2011, se alinha aos resultados da literatura nacional mais recente, apontando a renda do trabalho, as aposentadorias e o PBF como os principais condicionantes da queda da desigualdade da renda domiciliar per capita. Contudo, os resultados avançam no conhecimento sobre o tema. Em primeiro lugar indicam uma redução da contribuição do PBF para a queda da desigualdade, sugerindo a ocorrência de rendimentos decrescentes para esse Programa.

Esse resultado para o PBF ainda está relativamente pouco mapeado na literatura nacional e associa-se a desaceleração da cobertura do programa a partir de 2006.

Em segundo lugar destacamos o comportamento da contribuição do BPC. O BPC possui uma cobertura menor em relação ao PBF, mas seus benefícios são maiores e associados ao comportamento do salário mínimo, tornando-o uma fonte de renda promissora para a queda da desigualdade de renda domiciliar. Em terceiro lugar, o comportamento das aposentadorias e pensões merece destaque (exceto para as regiões rurais) em função da redução de suas desigualdades e de suas contribuições para a queda das desigualdades da renda domiciliar.

Por último, devemos salientar o comportamento da região rural. O PBF apresentou contribuições relativamente elevadas para a queda da desigualdade de renda domiciliar nas áreas rurais do Nordeste (108,9%) e do Brasil (31,4%). Também merece destaque nas áreas rurais a contribuição relativamente reduzida da renda do trabalho para a queda da desigualdade, sugerindo a existência de mercados de trabalho menos dinâmicos.

A fim de sistematizar padrões, os resultados alcançados foram agrupados em dois grupos seguindo critério de similaridade. O primeiro contém, além da totalidade nacional, as macrorregiões Sudeste e Nordeste, tendo como padrão de similaridade as áreas urbanas e metropolitanas, além de se destacar a renda do trabalho como a principal fonte de renda condicionante da queda da desigualdade. No segundo grupo a principal fonte de renda condicionante da queda da desigualdade é o PBF, reunindo o Brasil rural, o Nordeste como um todo e o Nordeste urbano.

Comparando os dois grupos, nota-se que os mercados de trabalho urbano e metropolitano apresentaram mudanças específicas capazes de condicionar a queda da desigualdade de renda numa proporção maior do que os mercados de trabalho rurais no Brasil e do Nordeste não metropolitano. Para os dois grupos há um padrão: a renda do trabalho contribuiu para a queda da desigualdade porque houve melhoria em sua distribuição (efeito-concentração); o PBF contribuiu porque houve ampliação do programa na renda domiciliar per capita (efeito-renda).

As mudanças nos mercados de trabalho que promoveram a queda da desigualdade de renda, parcialmente descritas, sugerem que houve uma interação entre a demanda e a oferta de trabalho que promoveu a aproximação dos decis inferiores e superiores da distribuição da renda do trabalho, ou seja, ocorreu uma diminuição da dispersão de renda. Essa aproximação pode ser notada, inicialmente, pelo capital humano selecionado, uma vez que a renda média do trabalho cresceu para os ocupados menos qualificados (sem instrução, fundamental incompleto e fundamental completo) enquanto caía para os ocupados de maior escolaridade (ensino médio e superior), promovendo

assim uma redução nos hiatos da renda do trabalho e estimulando a queda da desigualdade.

Essa redução nos hiatos associa-se à valorização do salário mínimo que ampliou, por transbordamento, as rendas dos ocupados menos qualificados. Além dessa aproximação das rendas por níveis de escolaridade, houve também uma queda mais acentuada da desigualdade da renda do trabalho para os ocupados de menor qualificação (fundamental incompleto e completo) e com qualificação mediana (ensino médio).

O recorte regional por áreas metropolitanas, urbanas e rurais também indicou uma redução nos hiatos da renda do trabalho, principalmente porque a renda rural cresceu mais do que as rendas do trabalho metropolitano e urbano, aproximando-as. O crescimento das rendas do trabalho metropolitano, urbano e rural também está associado com a expansão do salário mínimo. Com o crescimento mais acelerado da renda dos ocupados rurais, há um estímulo para a aproximação entre as menores rendas rurais e as maiores rendas metropolitanas e urbanas, capaz de aproximar os decis inferiores e superiores da distribuição da renda do trabalho e assim reduzir a desigualdade da renda.

As reduções na desigualdade da renda do trabalho foram maiores nas áreas urbanas e metropolitanas. As reduções na segmentação regional sugerem que houve uma demanda relativamente maior por trabalho menos qualificado rural em detrimento de algumas ocupações mais qualificadas urbanas e metropolitanas. Esse perfil polarizado da demanda por trabalho estimulou a queda da desigualdade da renda do trabalho que, por sua vez, promoveu a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita.

A segmentação formal-informal do mercado de trabalho nacional indica que, apesar do elevado crescimento do nível de emprego formal no período, o seu rendimento médio do trabalho foi o que apresentou a menor expansão. Em contrapartida, os ocupados informais sem carteira e por conta própria, além dos empregados públicos estatutários, apresentaram as maiores taxas de crescimento nos seus rendimentos. Dessa forma, os hiatos entre as rendas do trabalho formal e informal diminuíram, contribuindo para a queda da desigualdade da renda do trabalho, pois com esse estreitamento entre as maiores e as menores rendas do trabalho torna-se possível também aproximar os decis da distribuição de renda. Além de um eventual transbordamento do aumento do salário mínimo para as rendas do trabalho informal, talvez o espaço intersticial no qual esse segmento se dinamiza tenha gerado novas oportunidades ocupacionais de maior remuneração.

Das transferências públicas analisadas, o PBF foi o que apresentou o maior crescimento da renda dos seus benefícios, quase dobrando no período. O

rendimento médio do PBF é relativamente baixo, situando-se no decil inferior da distribuição de renda domiciliar per capita, mas sua cobertura é elevada, o que proporciona a aproximação do decil inferior com outros decis em seu entorno. A cobertura do PBF foi ampliada no período, mas se desacelerou em meados da primeira década de 2000, ocasionando a redução da contribuição do PBF para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita.

Mesmo com sua redução na contribuição para a queda da desigualdade, sugerindo rendimentos decrescentes, o PBF ainda apresenta uma contribuição marginal, principalmente no Nordeste, relevante para a queda da desigualdade dessa região, representando aproximadamente 50% dos benefícios totais do PBF. Embora a cobertura do PBF seja a maior contribuição para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, merece destaque a baixa desigualdade dos rendimentos do programa. O BPC apresentou uma contribuição relativamente reduzida para a queda da desigualdade, mas seu benefício médio está atrelado ao salário mínimo, tornando-o potencialmente capaz de contribuir mais com a queda da desigualdade caso sua cobertura também se amplie.

As aposentadorias e pensões públicas ocupam a maior parcela do total das transferências públicas, além de apresentar os maiores benefícios médios. Com a política de valorização do mínimo no período, a contribuição dessas aposentadorias e pensões para a queda da desigualdade da renda aumentou, embora o fator condicionante para essa queda tenha sido a redução da desigualdade dos seus rendimentos a despeito da renda desses benefícios ainda continuar concentrada. As maiores contribuições das aposentadorias e pensões para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita ocorreram para o Brasil metropolitano e Sudeste metropolitano, sugerindo que o dinamismo progressivo do mercado de trabalho dessas áreas, o primeiro sendo influenciado pelo segundo, influenciou a distribuição da renda dessa fonte de rendimentos.

Em suma, apesar da sensibilidade do modelo matemático às pequenas mudanças nas fontes de renda selecionadas, particularmente na renda do trabalho que ocupa $\frac{3}{4}$ da renda domiciliar per capita, os resultados indicam um Brasil polarizado em relação aos condicionantes da queda da desigualdade da renda domiciliar per capita. De um lado, as regiões e áreas metropolitanas e urbanas dependendo da renda do trabalho e de seus respectivos mercados de trabalho para promover a queda da desigualdade de renda. De outro, regiões com um grau de desenvolvimento socioeconômico relativamente reduzido, incluindo o Brasil rural e o Nordeste, o primeiro fortemente influenciado pelo segundo, dependendo fortemente do PBF para a redução de suas desigualdades de renda e com mercados de trabalho menos estruturados.

Contudo, esses dois grupos de regiões polarizadas possuem um comportamento padrão: seus mercados de trabalho aparentam ter estimulado um tipo de demanda por trabalho que favoreceu os menos qualificados, ampliando seus rendimentos acima dos ocupados mais qualificados, permitindo assim uma aproximação entre os maiores e menores rendimentos a ponto de promover a queda da desigualdade de renda domiciliar per capita. Esse perfil de demanda por trabalho é compatível com uma estrutura produtiva nacional que pouco se modernizou tecnologicamente entre 2001 e 2011 e que criou amplo segmento de baixa produtividade no setor de serviços.

O crescimento acelerado do emprego formal em ocupações de baixa qualificação é compatível com uma produtividade do trabalho que cresceu menos que a produção nacional. Dessa forma, embora o mercado de trabalho tenha contribuído para a queda da desigualdade no Brasil metropolitano e urbano, não há evidências de que tal queda tenha sido gerada por mudanças qualitativas significativas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006a.
- _____.; CURY, Samir; ULYSSEA, Gabriel. A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas Nacionais. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006b, v.1.
- _____.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel ; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007a, v.2.
- _____.; FRANCO, Samuel e MENDONÇA, Rosane. A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007b, v.3.
- CACCIAMALI, Maria Cristina e CAMILLO, Vladimir Sipriano. **Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório?** Economia e Sociedade. Campinas: v. 18 , n° 2, 2009.
- _____.; BARBOSA, A.F.; TATEI, Fábio; PRATES, I.. Desigualdades econômicas e sociais no Nordeste. In: BACELAR, T. et al. **Estudo prospectivo sobre o desenvolvimento no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2014.
- _____.; ROSALINO, Jackson William. Estreitamento dos diferenciais de salários: diminuição do grau de discriminação? In: CACCIAMALI, Maria Cristina e JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. **A construção da igualdade de gênero e raça na América Latina do século XXI: o caso do Brasil**. São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2008.
- _____. Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa de salário mínimo. In: BALTAR, Paulo ; DEDECCA, Claudio e KREIN, José Dari (orgs.). **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- _____. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. In: BRAGA, T.; VIDAL, F. Neves. **Laumar:trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010.
- CARVALHO, Cleuseni Hermelina. **Bolsa família e desigualdade da renda domiciliar entre 2006 e 2011**. PUC-SP: 2013 (mestrado em Economia Política).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.
- _____. **Política de valorização do salário mínimo**. São Paulo: 2013 (nota técnica).
- HOFFMANN, Rodolfo. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004**. Econômica. Rio de Janeiro: v.8, n° 1 junho de 2006.
- _____. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília: 2001 e 2011 (microdados).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA (nota técnica), 2006.

_____. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: projeções para 2011**. Brasília: Comunicados do IPEA, 2011

NONATO, Fernanda J.A.P.; PEREIRA, Rafael H. Moraes; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M.; ARAÚJO, Thiago Costa. **O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2012.

SABOIA, João. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. In: In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007, v.2.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006a (texto para discussão).

_____; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SILVEIRA, Gaiger Fernando. "Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza". In: IPEA. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, volume 2, 2010.

_____; SOARES, Fábio Veras; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G.. **Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**: ANPEC: 2006b.

SHORROCKS, A.F. **Inequality decomposition by factors components**. *Econometrica*: v.50, nº1, 1982

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Uma metodologia para simular o Programa Bolsa Família**. Texto para Discussão nº 1654. Brasília: IPEA, 2011.

ULYSSEA, Gabriel. Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.3, 2007.

